

Ex-ministro perde recurso e continua arguido no caso EDP

Tribunal Constitucional dá razão ao MP e contraria juiz de instrução. Manuel Pinho vai queixar-se ao tribunal europeu

Inês Banha
ines.banha@jn.pt

INQUÉRITO O Tribunal Constitucional (TC) validou, esta semana, a constituição como arguido de Manuel Pinho, ex-ministro da Economia (2005-2009), no processo das chamadas rendas excessivas da EDP, ainda em fase de investigação pelo Ministério Público (MP), confirmou o advogado do antigo governante, Ricardo Sá Fernandes. O causídico acrescentou que vai recorrer da decisão para os tribunais internacionais, mas ressalvou que tal “não tem eficácia prática neste momento”. “Neste momento, eu tenho é de me conformar”, sublinhou.

Pinho, 66 anos, foi constituído arguido em 2017, mas a decisão foi revertida, no ano seguinte, pelo juiz Ivo Rosa, do Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC), em Lisboa, devido a “irregularidade” naquele ato. O MP recorreu para o Tribunal da Relação de Lisboa, que, em 2019, validou a constituição de Pinho como arguido. Agora, um ano e meio depois, o TC concordou com a posição dos desembargadores.



Manuel Pinho foi ministro entre 2005 e 2009

PROCESSO

Carreira no estrangeiro

O MP sustenta que Pinho foi subornado, com a promessa de uma carreira académica nos EUA, para beneficiar a EDP. Outros decisores públicos terão sido aliciados, de 2006 a 2015, com cargos no setor da energia, para que fosse aprovada legislação que terá garantido à empresa 1,2 mil milhões de euros.

Elétrica nega crimes

A EDP já negou a prática de qualquer crime. Outro dos arguidos do processo é o ex-presidente da empresa António Mexia, que também refuta as suspeitas.

“O Tribunal Constitucional entendeu que é constitucional o entendimento de que o juiz de instrução não pode anular na fase de inquérito um ato da constituição de alguém como arguido, mesmo que esse ato seja um ato manifestamente ilegal ou irregular”, explicou, ontem, Sá Fernandes.

Em 2017, o advogado alegara, no recurso ao TCIC, que Pinho não conhecera os factos contra si nem pudera prestar declarações ao passar a arguido. Ontem, reiterou a disponibilidade do ex-ministro para falar perante o MP, assim que possível.

Desde 2019 que Pinho conhece as suspeitas que recaem sobre si e que rejeita. ●